

Movimento pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho

Population's commuting: evidence of the lack of connection between housing and labour

Rosa Moura

Resumo

A desconexão moradia/trabalho é observada nos movimentos pendulares da população para trabalho e/ou estudo. A análise dos seus vetores espaciais permite estimar a existência e extensão de aglomerações, assim como apontar outras dinâmicas territoriais. O perfil da população que se desloca evidencia as relações espaciais entre o mercado de trabalho e da moradia na organização interna das metrópoles, e revela diferenciações quanto à acessibilidade às funções metropolitanas, cuja expressão é a segregação socioespacial. O presente trabalho explora as possibilidades dessa informação no caso brasileiro, com mais particularidade ao Paraná. Conclui mostrando que esses movimentos se ampliam em número de pessoas envolvidas e na distância percorrida, o que exige sua compreensão analítica, e a adequação e formulação de políticas compatíveis à sua dinâmica.

Palavras-chave: pendularidade; movimento pendular; comutação; segregação socioespacial; dinâmicas intrametropolitanas.

Abstract

The housing/labour disconnection is observed in the population's commuting to work and/or to study. The analysis of its spatial vectors enables to estimate the existence and extension of agglomerations and also shows other territorial dynamics. This population's profile highlights the spatial relations between the labour market and the housing market in the metropolises' internal organization, and reveals differences regarding accessibility to metropolitan functions, whose expression is socio-spatial segregation. The present work explores the possibilities of this information in the case of Brazil, particularly in the State of Paraná. It concludes by showing that such mobility increases in terms of number of persons involved and distance travelled, which requires its analytical understanding, and the adequacy and formulation of compatible policies.

Keywords: *commuting; mobility; intra-metropolitan dynamics; socio-spatial segregation.*

O uso da informação

Os movimentos pendulares da população para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência constituem uma informação que vem sendo empregada para captar dinâmicas territoriais, particularmente associadas à urbanização. Tais movimentos se dão, majoritariamente, motivados pela dissociação entre local de moradia e local de trabalho, dada a concentração de atividades ligadas à produção e consumo, em geral, em municípios (ou parte deles) de maior porte. No caso das aglomerações urbanas, estão condicionados à distribuição e hierarquia de funções entre os municípios integrantes. São evidenciados também entre municípios não aglomerados, quando expressam a localização de atividades atrativas para trabalho e/ou estudo, muitas vezes decorrentes apenas de uma grande indústria, um grande estabelecimento de comércio ou serviços, uma cooperativa, uma empresa agropecuária ou uma universidade.

O movimento pendular é revelador da extensão do fenômeno urbano no território, constituindo uma informação utilizada na delimitação de grandes áreas urbanas (Moura et al., 2006). Além disso, esse movimento adquire crescente visibilidade nas grandes cidades, dada sua associação com as demandas por transporte e vias de circulação, entre outras funções públicas de interesse comum. Também incide de maneira decisiva no funcionamento cotidiano e na projeção estratégica das cidades, tanto para pessoas como para empresas e instituições. Por tais possibilidades, é uma importante informação usada para identificar aglomerações urbanas entre o conjunto de municípios

de um determinado território, posto que essas são definidas, principalmente, em termos de deslocamentos diários da casa para o trabalho, relacionados a um sistema de assentamento orientado para a produção (Adams, 1995).

Essa importância se consolida com o avanço tecnológico e sua rápida difusão, particularmente incorporada pelos meios de transporte e comunicações, e com a organização da produção, associada a mudanças nos padrões demográficos, na vida social e na forma de ocupação do espaço. Para Frey e Speare Jr. (1995), essas transformações definiriam um novo conceito de área metropolitana, considerada como "área ampliada de vida local" ou "área econômica regional", caracterizada por alta densidade de movimento pendular e pelo desacoplamento dos espaços funcionais e físicos. Derruau (s/d, p. 67), analisando o que chama de "migrações temporárias", salienta que os movimentos cotidianos entre o domicílio e o local de trabalho são pertinentes ao estudo da "geografia das cidades e dos arredores". Beaujeu-Garnier (1980) denomina os sujeitos desse processo "migrantes diários" e destaca duas questões fundamentais: a de que os movimentos diários estão aumentando em número e em distância, e a de que inexistem políticas coordenadas entre local de moradia e de trabalho.

Esses autores são convergentes quanto a que a extensão da área da aglomeração, seja metropolitana ou não metropolitana, cada vez mais se torna ampliada e decorrente da possibilidade de fluxos regulares da população entre o local de trabalho e o da moradia. Mas não convergem quanto a uma denominação única a essa ordem de deslocamentos, na medida em que ora se referem a "migração" ora

a "movimento". No âmbito da informação censitária, Carvalho e Rigotti (1998) recomendam como mais adequado o termo "movimento pendular", pois entendem que ele não implica transferência de residência ou fixação definitiva em outro lugar – natureza que o diferencia dos movimentos migratórios, embora ambos impliquem fluxos de pessoas no território.

Conforme Gilli (2002), a análise dos movimentos de deslocamento domicílio/trabalho permite responder a questões fundamentais, relativas à expansão da conurbação entre cidades, a padrões urbanos de configurações mono ou policêntricas, às interações entre o núcleo metropolitano e o entorno imediato, e entre este e outras cidades das imediações. Este autor pondera, com base na análise da área metropolitana de Paris, que a cidade continua a se expandir, agora se estendendo na direção de centros urbanos maiores, reorganizando sua área aglomerada em torno desses centros secundários. Com eles, produz duas espécies de franjas: uma mais próxima, como parte da área metropolitana, onde vive e trabalha a maior parte dos residentes, e na qual emerge uma hierarquia entre os centros; e outra que, mesmo sem fazer parte da área metropolitana, absorve muitos dos residentes em comutação com essa área. No caso parisiense, os centros metropolitanos regionais atraem e esculpem a região à qual pertencem, enquanto desenvolvem crescentes ligações com a metrópole principal, sem quebrar sua monocentralidade. Ademais, a metrópole principal interage com todos esses centros da região ao redor, e cada qual configura suas áreas locais.

Ainda segundo Gilli (ibid.), ambas as franjas constituem uma frente de urbanização que apresenta alguns polos de fixação. As

franjas internas se voltam ao polo, mantendo um intercâmbio equilibrado com as vizinhas zonas de emprego, situadas entre elas e a metrópole principal. Participam no enraizamento da frente urbana, apagando pouco a pouco os vazios deixados pela urbanização. As franjas externas, ao contrário, têm uma relação direta e assimétrica com a metrópole principal, onde cada vez mais seus ativos trabalham. Ao mesmo tempo, essas franjas atraem ativos das zonas situadas no contato com a superfície urbana de Paris. Essa análise confirma as relações entre a mobilidade, a organização do território e as mudanças intraurbanas.

Num país com mais similaridades com o Brasil, a pendularidade da população também é tomada como referência para caracterizar o processo de metropolização. O Conselho Nacional de População (Conapo) reconhece que as principais cidades no México são consideradas zonas metropolitanas, e que essas proveem de bens e serviços os setores mais produtivos, motores do desenvolvimento econômico nacional e regional, e com mais alta capacidade científica e tecnológica, o que lhes possibilita um melhor posicionamento no mercado global. Paradoxalmente, também são as que alojam a maior parte da pobreza urbana no país. A identificação das zonas metropolitanas se vale de um amplo conjunto de critérios e informações, entre as quais se consideram indicadores de população (volume, densidade, movimentos pendulares), ocupação em continuidade e alto grau de integração funcional, inclusive de municípios das franjas da aglomeração, para os quais exige que tenham ao menos 15% de sua população ocupada residente trabalhando nos municípios centrais da zona metropolitana, ou 10% ou mais da população que trabalha no

município residente nos municípios centrais dessa última (Conapo, 2007).

No Brasil, nos anos 1960, o Grupo de Áreas Metropolitanas, então existente no IBGE, definiu os movimentos pendulares como um dos critérios para identificar os municípios integrados a essas áreas, exigindo “pelo menos 10% de sua população total deslocando-se diariamente, em viagens intermunicipais, para o município que contém a cidade central ou outros municípios da área” (Galvão et al., 1969, p. 61). Davidovich e Lima (1975) também tomaram por base o mesmo percentual de 10% de pessoas residentes que trabalham fora do município em relação ao total da população economicamente ativa para definir a integração entre municípios de uma mesma aglomeração urbana.

Nos anos 2000, essa informação orientou estudos classificatórios, como o da região de influência das cidades (IBGE, 2008) e a identificação dos níveis de integração dos municípios na dinâmica das aglomerações (Ribeiro, 2009). Moura (2009) destaca, entre as aglomerações urbanas que se configuram em território nacional, arranjos urbano-regionais que se constituem na aglutinação em uma unidade espacial de mais de uma aglomeração e centros urbanos, polarizados por uma metrópole, nas quais os movimentos pendulares se caracterizam pelos mais elevados volumes de pessoas em trânsito e pela multidirecionalidade dos fluxos.

Aceitando o importante papel dessa informação na identificação e monitoramento da expansão dos aglomerados, e ciente de que ela é ainda pouco explorada para captar outras dinâmicas territoriais, na sequência deste texto serão enfocadas algumas análises e reflexões

realizadas sobre os movimentos pendulares. Como contextualização, serão abordados os movimentos pendulares no Brasil, com ênfase à densidade de seus fluxos nas regiões mais dinâmicas do país, porém apontando outros processos. Tomando em particular o estado do Paraná, serão comparadas as bases de dados dos movimentos pendulares da população de 1980 e de 2000, identificadas mudanças de comportamento quanto aos fluxos intermunicipais e apontadas a formação e consolidação dos três principais arranjos espaciais paranaenses, com destaque ao arranjo urbano-regional de Curitiba. Nesse caso, será discutido como esses movimentos refletem situações de segregação socioespacial, ao associar localizações de moradia a determinados tipos de ocupação e renda; e como, cada vez mais, ampliam-se as distâncias entre municípios de origem e destino, portanto, entre o local de moradia e o do trabalho e/ou estudo.

Movimentos pendulares no Brasil

A pesquisa da informação sobre o município de destino para trabalho e estudo foi introduzida no Censo de 1970, mantendo-se no de 1980, ficando ausente no de 1991, e sendo reintroduzida no de 2000. Neste Censo, ela traz algumas ambiguidades, pois a pergunta não especifica a periodicidade do deslocamento ou a duração do percurso, que pode ser cotidiano ou não. Mesmo assim, ressalta-se a importância da informação para a identificação da área compreendida pela comutação intermunicipal e intra e interaglomerados, posto que a grande

maioria dos fluxos representa movimentos de proximidade, que tendem a ser cotidianos.

No Brasil, favorecidos pelo sistema viário e por sistemas urbanos de circulação e transporte de passageiros, os movimentos pendulares da população criam desenhos próprios nas porções mais densas do território: 7.403.456 pessoas deixam o município de residência para trabalho e/ou estudo em outro município, em fluxos de origem (ou saída), dos quais 72,1% apenas para trabalho (Tabela 1). Os fluxos de destino (ou de chegada) correspondem a 7.030.250 pessoas, das quais 72,6% apenas para trabalho.

É fundamental salientar que esse volume, se por um lado parece pequeno diante da dimensão da população brasileira, é significativamente concentrado em aglomerações urbanas, o que faz com que seja pertinente considerar estas últimas como espaços em movimento. Por outro lado, como a informação é coletada na unidade do município, ela não incorpora os fluxos internos, entre bairros do município, que tornam ainda maior o movimento atribuído às aglomerações. Também por esse motivo, algumas aglomerações constituídas basicamente por um município de grande porte, como a de Manaus, aparentam relativa

Tabela 1 – Pessoas que realizam movimento pendular, por tipo de fluxo, e proporção sobre o total de pessoas do município que estudam e/ou trabalham – Brasil – 2000

Tipo de fluxo	Pessoas	
	Absoluto	Proporção %
FLUXOS DE ORIGEM		
TOTAL	7.403.456	100,0
Intraestadual	6.655.263	89,9
Interestadual	671.872	9,1
Brasil não especificado	24.366	0,3
Outros países	51.955	0,7
Trabalho, estudo ou ambos	7.403.456	100,0
Só trabalho	5.326.928	72,1
% sobre pessoas do município que estudam e trabalham		6,7
% sobre pessoas do município que só trabalham		9,4
FLUXOS DE DESTINO		
TOTAL	7.030.250	100,0
Trabalho, estudo ou ambos	7.030.250	100,0
Só trabalho	5.098.776	72,6
% sobre pessoas do município que estudam e trabalham		6,4
% sobre pessoas do município que só trabalham		9,0

Fonte: IBGE, Sidra.

imobilidade da população, no que concerne ao movimento pendular.

Assim, os movimentos pendulares da população caracterizam-se por uma mobilidade predominantemente entre municípios próximos, no interior das próprias unidades da federação (UFs); entre estas, os fluxos de maior volume de população ocorrem em São Paulo, tanto referentes à origem quanto a destino (Observatório das Metrôpoles, 2009). Os fluxos interestaduais representam apenas 9,1% do total, e aqueles para outros países sequer atingem 1%; mesmo assim, em escala local, esses fluxos expressam trocas relevantes estabelecidas entre divisas interestaduais ou fronteiras internacionais.

No caso dos movimentos com destino a outros países, o Paraná se destaca por concentrar quase um terço do total desse tipo de fluxo no país, fundamentalmente em função da mobilidade intra-aglomeração transfronteiriça de Foz do Iguaçu/Ciudad Del Este (Paraguai)/Puerto Iguazú (Argentina). São Paulo e Rio Grande do Sul aparecem na sequência, revelando uma forte conexão fronteira com alguns países do Cone Sul, majoritariamente o Paraguai.

Quanto às trocas interestaduais, Goiás – particularmente representado pela mobilidade no arranjo urbano-regional Brasília/Goiânia –, Minas Gerais, São Paulo e Bahia se destacam por darem origem aos maiores fluxos (acima de 50 mil pessoas) com destino para outros estados. Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais se destacam como principais receptores de fluxos oriundos de outras UFs. Esse conjunto concentra mais da metade dos fluxos interestaduais no país.

De modo geral, Rio de Janeiro e Espírito Santo apresentam movimentos expressivos, sejam de origem ou de destino sejam para trabalho e/ou estudo ou só para trabalho. São Paulo e Pernambuco destacam-se nos fluxos só para trabalho, sejam de origem ou de destino, e o Distrito Federal apresenta números muito elevados nos fluxos de destino, nas duas condições. Esses comportamentos sinalizam os perfis específicos das UFs.

A espacialização dos fluxos pendulares dos municípios brasileiros, classificados pelo método de análise de agrupamentos, deixa nítidas as áreas onde a movimentação é mais expressiva. Os municípios com os maiores volumes de fluxos de origem (saída) para trabalho e/ou estudo aparecem bastante concentrados em torno das capitais de estados e do Distrito Federal. Os conjuntos mais expandidos, e envolvendo um maior número de municípios, são as aglomerações de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, seguidas pelas de Porto Alegre e Curitiba. Nelas, há grande volume de pessoas se movimentando para trabalho e/ou estudo em outro município.

Em termos das proporções de pessoas que saem do município onde residem para trabalho e/ou estudo em outro município, em relação ao total das pessoas do município que trabalham e/ou estudam, delineia-se um quadro que, além de ampliar a extensão das áreas dos entornos dos aglomerados destacados, aponta outras porções do território com dinâmicas expressivas. Essas porções correspondem, particularmente, ao oeste do estado de São Paulo, norte do Paraná, leste de Santa Catarina, além de pequenas manchas no interior brasileiro. Colocam em evidência que as

dinâmicas indutoras de movimentos de saída, fundamentalmente para trabalho, podem não estar restritas a atividades urbanas, embora se vinculem nitidamente a essas.

Genericamente, os municípios com as maiores proporções de fluxos pendulares são aqueles localizados em regiões industrializadas e de serviços, nas quais a divisão territorial do trabalho é mais nítida e a valorização do solo urbano expande as periferias, que se tornam redutos de moradia de trabalhadores em atividades localizadas em outras partes das cidades. As elevadas proporções de fluxos em áreas ligadas a atividades com base agropecuária sugerem que essa mobilidade também se torna expressiva em regiões menos urbanizadas, nas quais as relações empresariais prescindem da moradia do trabalhador no próprio campo – fato comum nas regiões onde prevalece o agronegócio, como se verifica em porções do Centro-Oeste, Norte e Nordeste brasileiros, assim como no interior paulista e norte paranaense. A espacialização dos movimentos só para trabalho reproduz comportamento muito similar.

Quanto aos fluxos de destino, o resultado espacial mostra a força das principais centralidades como receptoras e ressalta uma mancha ampliada de grande extensão, conjugando municípios que recebem volumes elevados de população para trabalho e/ou estudo no entorno das aglomerações de São Paulo, incluindo áreas de aglomerações próximas, e do Rio de Janeiro, seguidos em uma escala decrescente pelas demais capitais de estados, com maior presença nas do centro-sul. Em termos de valores relativos, são poucos os municípios brasileiros com proporções de pessoas que chegam para trabalho e/ou estudo superiores a 10% do

total da população do município que trabalha e/ou estuda. Isso demonstra que as atividades mais atrativas se desenvolvem em municípios concentradores de população, e que sua própria população ativa representa a grande maioria da mão-de-obra ocupada.

Visando compreender a complexidade dos movimentos, seja pelo volume de pessoas em deslocamento seja pelo quanto esse volume significa em proporção ao total de pessoas do município que trabalham e/ou estudam, foi realizada uma correlação entre as informações referentes aos volumes absolutos e aos valores relativos, para origem e para destino, a partir de duas ordens de comparações, referentes a fluxos de origem e a fluxos de destino. Os parâmetros de cortes para preponderância e as demais escalas da classificação foram definidos por análise de agrupamentos (Moura, 2009).

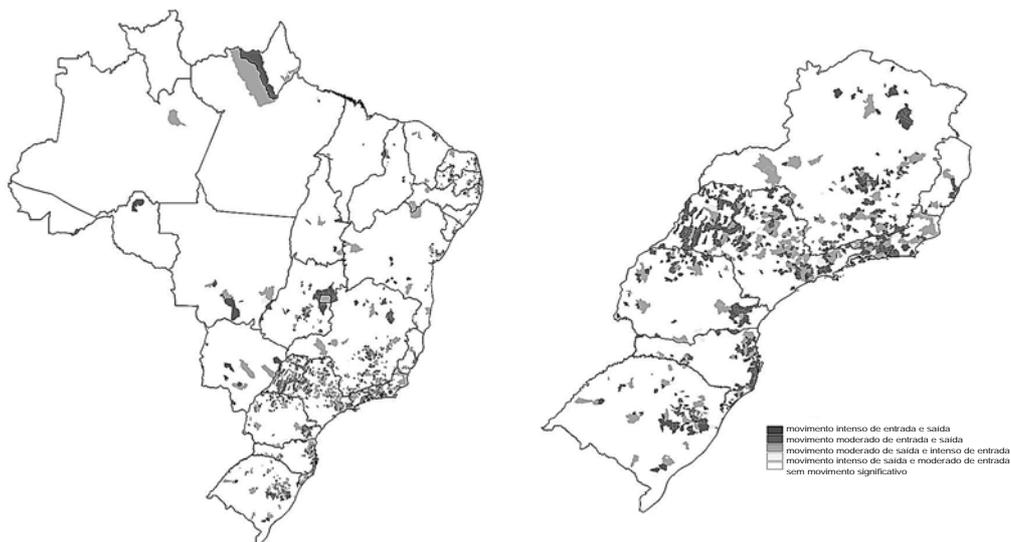
O indicador composto na primeira comparação, entre volume e proporção, destaca municípios nos quais a movimentação pendular implica: a) elevados ou moderados volumes e proporções de deslocamentos; b) elevados volumes, mas sem significância proporcional; c) expressivas proporções, mas sob fluxos de reduzidos volumes; ou d) volumes e proporções baixos a insignificantes. Na segunda, foram comparadas as classificações obtidas quanto à origem e destino, e identificados municípios com: a) elevados volumes e/ou elevadas proporções, ou seja, movimento intenso, de entrada e saída, b) movimento intenso de saída e moderado de entrada; c) movimento moderado de saída e intenso de entrada; d) movimento moderado de entrada e saída; e) municípios evasores; f) municípios receptores; e g) municípios sem movimento significativo.

A correlação de ambos os indicadores resultou em uma tipologia que, além dos aglomerados singulares nos entornos da grande maioria das capitais de estados, revelou áreas com complexa dinâmica de fluxos, dotadas de algumas particularidades (Figura 1). Revelou ainda movimentos expressivos, refletindo situações localizadas.

O primeiro tipo engloba porções do território onde ocorrem as dinâmicas mais complexas, que envolvem um grande número de municípios em movimentos de intensos a moderados, sejam de entrada ou de saída, muito nítidas no estado de São Paulo. O município de São Paulo compõe o core de uma área de fluxos multidirecionais, que aglutina aglomerações das proximidades, nos vetores norte, noroeste e Vale do Paraíba. Também são nítidas no entorno da

aglomeração metropolitana do Rio de Janeiro, compondo uma auréola extensa, assim como no entorno de Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte, estendendo-se a aglomerações urbanas vizinhas. Com menor intensidade, ocorrem na extensão do aglomerado Distrito Federal/Goiânia, tendo Brasília como o grande receptor. A partir dessas porções, os fluxos se estendem contínua e tentacularmente ao longo do sistema viário principal dos estados, compondo um segundo tipo de movimentos que anunciam conexões mais distantes, como ocorre em São Paulo, densificando-se nos eixos das rodovias que cortam os vetores apontados; no Rio de Janeiro, expandindo-se nos eixos das rodovias Rio de Janeiro/Belo Horizonte e Rio de Janeiro/Vitória; e em menor escala, no eixo Salvador/Feira de Santana.

Figura 1 – Tipologia dos movimentos pendulares – Brasil – 2000



Fonte: IBGE.

Um terceiro tipo corresponde a fluxos menos intensos de evasão e recepção que contornam as aglomerações metropolitanas do Nordeste, criando um lineareamento na faixa litorânea, pontuado descontinuamente pelas aglomerações de Recife, João Pessoa e Natal. No sul do país, no estado de Santa Catarina, o mesmo lineareamento se repete no eixo da BR 101, com distinta natureza, no qual vários municípios desenvolvem fluxos multidirecionais, que articulam continuamente as aglomerações urbanas de Joinville, Itajaí, Blumenau, Florianópolis e Criciúma, entre outros centros ao longo do traçado rodoviário.

Os quarto e quinto tipos referem-se à conjugação de municípios receptores (polos regionais) e evasores. Ocorrem tanto no entorno de capitais de estados e outros centros de médio porte, configurando aglomerações urbanas singulares, como em amplas extensões no interior do país, e mais particularmente no interior do estado de São Paulo e norte/noroeste do Paraná, num espraiamento difuso, sem características de aglomerações, conforme já comentado. Um sexto tipo corresponde a movimentos expressivos, porém esparsos, entre municípios dispersos no território; e um sétimo, ao restante dos municípios, nos quais os movimentos são inexpressivos ou mesmo inexistentes.

As morfologias desenhadas a partir da espacialização dos fluxos dos movimentos pendulares, fundamentalmente aquelas correspondentes aos três primeiros tipos, remetem a espaços mais dinâmicos e complexos, vindo a corresponder aos arranjos urbano-regionais identificados pela análise exploratória espacial por Moura (2009). Nesses espaços, a complexidade da dinâmica de fluxos remete

a implicações na ordem de políticas públicas, particularmente no que se refere à necessidade de sistemas eficazes de transporte coletivo e de um sistema viário adequado à intensidade do tráfego. Outras implicações incidem na política de uso e ocupação do solo urbano, assim como na provisão de infraestruturas e equipamentos urbanos.

Embora essa constatação seja evidente, o cenário presente neste início de século é de uma densificação e intensificação nos vetores da mobilidade intrametropolitana – como também em aglomerações urbanas de natureza não metropolitana e menor porte e mesmo em municípios não aglomerados – sem o condizente acompanhamento de políticas adequadas. Cada vez é mais extensa a superfície na qual se alocam unidades de trabalho e de moradia, e a dissociação entre ambas sujeita um número crescente de pessoas às dificuldades, diretas e indiretas, impostas pela locomoção obrigatória.

Os movimentos pendulares intra-aglomerações são majoritariamente motivados pelo desempenho da atividade trabalho. A divisão de papéis entre municípios, com a concentração das atividades industriais e dos serviços e a configuração dos municípios-dormitórios dão a tônica a esses deslocamentos. A localização e os vínculos entre o funcionamento espacial do mercado de trabalho e o crescimento físico e populacional da aglomeração, assim como os padrões de localização de infraestruturas fazem com que a dinâmica desses espaços se materialize com os fluxos diários de pessoas.

A matriz de fluxos de origem e de destino dos movimentos pendulares entre municípios brasileiros, associada a outras informações, como taxas de crescimento populacional

e participação do PIB municipal no PIB total do Brasil, mostra relações peculiares. Fluxos elevados de origem incidem sobre municípios com elevadas taxas de crescimento populacional, ao mesmo tempo em que fluxos de destino associam-se a municípios com elevada participação no total do PIB, sinalizando que as fronteiras da expansão da ocupação urbana não incide sobre áreas nas quais é gerada a riqueza. Outra associação constatada é a de que os municípios com os maiores volumes de fluxos de destino, ou seja, os grandes receptores, comumente classificam-se nas categorias superiores da hierarquia dos centros da rede urbana do Brasil, segundo o IBGE (2008). Assim, a centralidade medida pelo padrão funcional urbano mais qualificado e o desempenho econômico com perfil de maior concentração da riqueza correspondem a áreas de maior atratividade, seja pela possibilidade de trabalho oferecida seja pela oferta de oportunidades educacionais, motivando o destino dos fluxos pendulares de população. Próximos a esses, e mais particularmente em seus entornos, posicionam-se inúmeros municípios com elevados fluxos de saída, muitos dos quais com proporções elevadas relativas à sua população que trabalha e/ou estuda, correspondendo a áreas de expansão do aglomerado, a municípios dormitórios, entre outros casos nos quais a dinâmica de crescimento populacional é expressiva. Facilitados por meios de transporte e circulação, mesmo que precários, esses municípios sustentam a dinâmica principal dessas aglomerações e revela a divisão de papéis necessária ao pleno funcionamento desses espaços, enquanto totalidade.

Três arranjos com intensa mobilidade no Paraná

Tomando como foco de análise o estado do Paraná, observa-se que, consoantes aos fluxos que definem a região de influência das cidades, os fluxos dos movimentos pendulares da população para trabalho e/ou estudo em município distinto do de residência demarcam a abrangência física dos deslocamentos frequentes, induzida pelos diferentes papéis desempenhados pelos municípios que conformam os três principais arranjos espaciais: o configurado pelas aglomerações urbanas de Londrina e Maringá, no norte do estado; o que agrega a aglomeração de Cascavel/Toledo e a aglomeração transfronteiriça de Foz do Iguaçu, no oeste; e o arranjo urbano-regional de Curitiba – Unidade espacial configurada pela aglomeração metropolitana de Curitiba, aglomeração de Ponta Grossa, Carambé e Castro, e ocupação contínua litorânea, polarizada por Paranaguá (Moura, 2009).

De modo geral, esses fluxos vêm desenhando os núcleos ampliados das aglomerações, e as franjas em seu entorno funcionam como frentes da urbanização, mostrando não só movimentos unidirecionais em relação aos polos, como, fundamentalmente no caso do arranjo urbano-regional de Curitiba, revelando a condição dessas franjas como atrativas a fluxos externos, inclusive partindo do polo. Há municípios receptores, evasores e aqueles que ao mesmo tempo atraem e enviam fluxos a municípios vizinhos, conforme tipologia apresentada.

Análise de informações referentes aos movimentos pendulares da população em 1980 e em 2000 leva a observar que houve uma intensificação dos fluxos, seja em relação ao número e perfil de pessoas em movimento seja em relação ao número de municípios de origem ou destino. Em 1980, 110,8 mil pessoas residentes nos municípios do Paraná realizavam movimento pendular para trabalho e/ou estudo. Esse número elevou-se para 359,4 mil em 2000. Nesses vinte anos, o perfil das pessoas que se deslocam também sofreu mudanças: aumentou a proporção de mulheres, de 26,1% para 37,6%, enquanto entre os grupos etários diminuiu a participação da faixa de pessoas de 15 a 24 anos, fundamentalmente

em favor da faixa de 25 a 59 anos. Assim, há mais mulheres, mais adultos e inclusive mais crianças se locomovendo para trabalho e/ou estudo entre os municípios paranaenses (Deschamps e Cintra, 2007).

Houve também uma expansão das aglomerações, percebida na inclusão de municípios mais distantes envolvidos pelos fluxos principais dos movimentos pendulares. Em 1980, entre aqueles com maiores fluxos de origem (considerados os acima de mil pessoas), além de municípios limítrofes a Curitiba, encontravam-se municípios limítrofes a Londrina (Cambé, Ibiporã, Apucarana) e Maringá (Marialva), assim como os centros regionais Cascavel, no oeste, e Ponta Grossa (Quadro 1).

Quadro 1 – Municípios com maiores fluxos pendulares intraestaduais de origem, número de municípios de destino, pessoas envolvidas e participação no total do estado⁽¹⁾ – Paraná 1980/2000

Município de origem	1980			Município de origem	2000		
	Pessoas	% no total do Paraná	Municípios de destino		Pessoas	% no total do Paraná	Municípios de destino
Piraquara	13.991	12,63	47	Colombo	41.197	9,46	52
Colombo	12.926	11,67	33	Curitiba	29.577	6,79	204
Curitiba	7.065	6,38	141	Pinhais	24.441	5,61	42
Cambé	6.396	5,77	39	São José dos Pinhais	24.296	5,58	58
Almirante Tamandaré	6.200	5,60	34	Almirante Tamandaré	23.190	5,33	43
São José dos Pinhais	5.480	4,95	34	Piraquara	17.457	4,01	44
Marialva	4.608	4,16	53	Sarandi	15.184	3,49	48
Londrina	2.772	2,50	96	Cambé	14.644	3,36	57
Ibiporã	2.032	1,83	28	Foz do Iguaçu	12.900	2,96	75
Campo Largo	1.806	1,63	24	Fazenda Rio Grande	12.558	2,88	31
Araucária	1.639	1,48	15	Araucária	9.708	2,23	39
Maringá	1.497	1,35	86	Campo Largo	8.726	2,00	34
Cascavel	1.441	1,30	56	Londrina	8.203	1,88	154
Ponta Grossa	1.265	1,14	55	Paiçandu	5.927	1,36	23
Apucarana	1.090	0,98	49	Campina Gde. do Sul	5.286	1,21	24
TOTAL DO ESTADO	110.802	100,00	290	TOTAL DO ESTADO	435.309	100,00	398 ⁽²⁾
Municípios com fluxos entre mil e 5 mil pessoas			9				40
Municípios com fluxos entre 500 e mil pessoas			10				51

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1980 e 2000 (arquivo de microdados).

(1) Somente fluxos com destino identificado.

(2) Tunas do Paraná é o único município do estado que não realiza fluxo de origem.

Nos anos 2000, com exceção de Cambé e Londrina, esses municípios deixam o conjunto que realiza os principais fluxos (agora considerados os superiores a 5 mil pessoas). A aglomeração metropolitana de Curitiba aponta para uma expansão física de sua área de maior comutação, posto que passa a incluir municípios mais distantes. Maringá incorpora novos municípios de seu entorno, e no oeste, emerge Foz do Iguaçu entre os municípios com os mais elevados fluxos. Aumenta também o número de receptores dos fluxos de origem da maioria dos municípios: Curitiba enviava fluxos a 141 municípios e passa a enviar para 204; Londrina passou de 96 para 154, São José dos Pinhais, de 34 para 58, entre os acréscimos mais expressivos.

Quanto aos fluxos de destino, aproximadamente 60% das pessoas se deslocavam para trabalho e/ou estudo convergentemente aos três maiores centros urbanos do Estado em 1980. Curitiba recebia 47,6 mil pessoas, Londrina, 11 mil, e Maringá, 7,3 mil (Quadro 2). Apenas nove municípios, os três citados, e Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Cascavel, Apucarana, Araucária e São José dos Pinhais recebiam fluxos de mais de mil pessoas, somando no conjunto 67,7% do total dos fluxos do estado. Exceto os vizinhos a Curitiba, todos são polos regionais.

Há que se observar, como destacam Deschamps e Cintra (2007), que grande parte do movimento pendular ocorrido no estado em 1980 envolvia algum município da Região

Quadro 2 – Municípios com maiores fluxos pendulares intraestaduais de destino, número de municípios de origem, pessoas envolvidas e participação no total do estado⁽¹⁾ – Paraná 1980/2000

Município de origem	1980			Município de origem	2000		
	Pessoas	% no total do Paraná	Municípios de destino		Pessoas	% no total do Paraná	Municípios de destino
Curitiba	47.570	42,93	208	Curitiba	174.109	44,48	628
Londrina	11.010	9,94	108	Maringá	30.176	7,71	278
Maringá	7.326	6,61	106	Londrina	27.986	7,15	344
Foz do Iguaçu	2.172	1,96	72	São José dos Pinhais	9.936	2,54	56
Araucária	2.074	1,87	17	Pinhais	8.875	2,27	20
Ponta Grossa	1.439	1,30	93	Cascavel	5.238	1,34	167
São José dos Pinhais	1.247	1,13	13	União da Vitória	4.855	1,24	27
Cascavel	1.154	1,04	60	Umuarama	4.635	1,18	144
Apucarana	1.003	0,91	47	Araucária	4.592	1,17	35
TOTAL DO ESTADO	110.802	100,00	290	TOTAL DO ESTADO	435.309	100,00	396 ⁽²⁾
Municípios com fluxos entre mil e 5 mil pessoas			6				32
Municípios com fluxos entre 500 e mil pessoas			15				27

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1980 e 2000 (arquivo de microdados).

(1) Somente fluxos com destino identificado.

(2) Novo Itacolomi, Paranapoema e São Manoel do Paraná não realizam fluxo de destino.

Metropolitana de Curitiba, que, no conjunto, era destino de 55,4 mil pessoas e origem de outras 51,6 mil. No entanto, a quase totalidade desse movimento se dava internamente à Região; ou seja, 87,1% do movimento era intrametropolitano, envolvendo 48,2 mil pessoas, das quais 84,3% buscavam a capital para estudo e/ou trabalho.

Nesses 20 anos, Curitiba eleva sua participação de 42,9% do movimento total do Paraná para 44,5%. Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Apucarana deixam o rol dos principais receptores; entram União da Vitória, que conforma uma aglomeração transestadual com Porto União (SC); Umuarama, que se define como uma centralidade emergente no noroeste do estado; e Pinhais, reforçando o entorno metropolitano.

No âmbito do Paraná, os fluxos ressaltam e consolidam como áreas de maior movimento os três arranjos mais concentradores do estado, e mostram, no interior deles, deslocamentos em todas as direções, com vetores majoritários e convergentes aos polos. Confirmam, ainda, o arranjo urbano-regional de Curitiba como a porção do estado onde os volumes são mais elevados e os vetores mais diversificados (Figura 2).

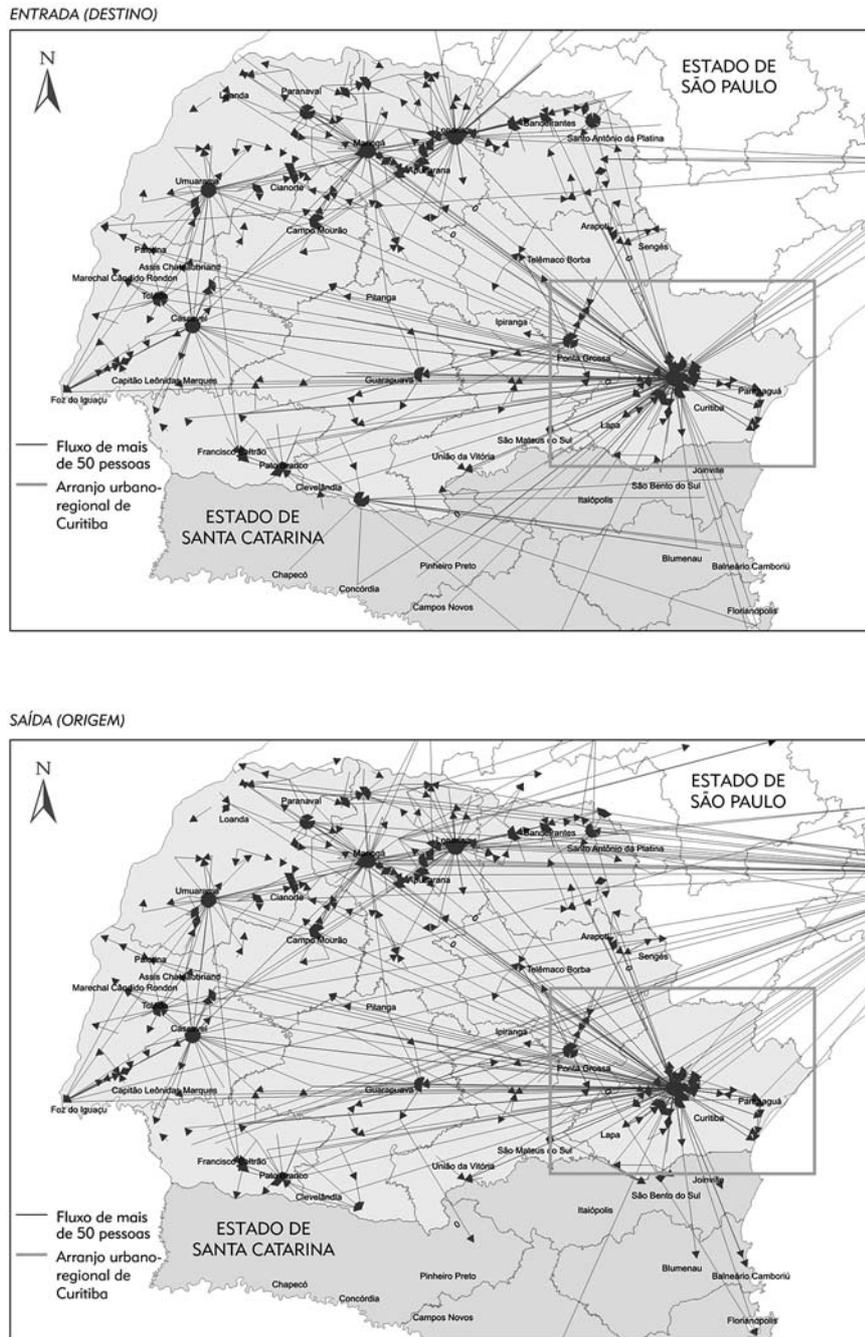
Os principais absorvedores de população de outro município para trabalho e/ou estudo em 2000 são as principais centralidades do estado. Curitiba recebe 174,1 mil pessoas, Maringá, 30,2 mil, e Londrina 28 mil, sendo estes os únicos municípios com fluxos de destino superiores a 10 mil pessoas. Deles, respectivamente, 75,3%, 71,7% e 61,8% das pessoas que se movimentam buscam apenas o trabalho. Os municípios que se sobressaem por fluxos de saída apresentam um comportamento

menos heterogêneo, porém são incidentes majoritariamente no arranjo urbano-regional de Curitiba, sendo Colombo o maior evasor, com fluxos de saída de 41.197 pessoas, seguido por Curitiba (29.577), Pinhais (24.441), São José dos Pinhais (24.296), Almirante Tamandaré (23.190), Piraquara (17.457) e Fazenda Rio Grande (12.558), entre aqueles com fluxos superiores a 10 mil pessoas. Nos dois outros arranjos espaciais, os maiores fluxos estão em Sarandi (15,2 mil) e Cambé (14,6 mil), no norte; e Foz do Iguaçu (12,9 mil), no oeste.

Entre as maiores proporções de pessoas que saem para trabalho e/ou estudo, em relação ao total da população do município que trabalha e/ou estuda, destacam-se os municípios vizinhos a Curitiba. Essas proporções são mais elevadas quando relativas a saídas exclusivamente para o trabalho, superando os 50% de pessoas do município que trabalham; apontam para os municípios-dormitório.

No caso da aglomeração metropolitana, embora os maiores municípios e com maior nível de centralidade urbana tanto recebam quanto emitam fluxos de pessoas, ocorre uma grande convergência de destinos a Curitiba, originados em todos os municípios do entorno – e entre esses, inclui-se Joinville, em Santa Catarina. Nota-se que os municípios de origem e de destino desenham áreas de abrangência, cuja extensão é proporcional à importância do exercício de funções centrais. Assim, Curitiba projeta a maior abrangência, sendo foco de origem de fluxos de 628 municípios do Paraná e estados vizinhos. Esses padrões ficam claros no mapa dos fluxos (ver Figura 2), captados pela matriz origem/destino. Percebe-se um emaranhado de direções, quanto maior a proximidade com a metrópole,

Figura 2 – Fluxos pendulares no Paraná – 2000



Fonte: IBGE.

que mostra a densificação dos deslocamentos e reitera a necessidade de políticas públicas adequadas de mobilidade, moradia, entre outras, para esse elevado contingente de pessoas em movimento.

A concentração de população, em sua dinâmica de intenso crescimento, e a densa conjunção dos movimentos pendulares da população e das ligações funcionais entre centros mostram que em nível estadual verifica-se no arranjo urbano-regional de Curitiba um posicionamento de supremacia perante os demais, similar ao de São Paulo em relação ao território brasileiro. Essas áreas são exemplos de que a dimensão urbano-regional emana não só da Grande Metrópole Nacional como também de outros arranjos, em outros contextos, cada qual com suas especificidades.

Cabe ressaltar que os movimentos pendulares verificados no Paraná fazem parte da história da própria mobilidade territorial brasileira e de particularidades ligadas a processos locais/regionais. Santos (2009) analisou trajetórias de pessoas que realizam fluxos pendulares entre Colombo e Curitiba, e demonstrou que há uma intercalação de escalas espaciais explicativas das motivações do fenômeno em cada caso. Para a autora, a mobilidade pendular ocorre como desdobramento de um múltiplo processo migratório desencadeado em território nacional, intercalado por temporalidades distintas, e pela desigual repartição do uso e ocupação do espaço na metrópole paranaense, fortemente condicionado pelo planejamento urbano do polo. Tal complexidade torna insuficiente considerar analiticamente apenas as escalas origem/destino e remete à imperiosa necessidade de projetos políticos mais audaciosos, que contemplem "ações

políticas solidárias entre os lugares e os habitantes cidadãos" (ibid., p. 267).

A dimensão segregadora da mobilidade pendular

No âmbito da divisão territorial do trabalho, a espacialização dos fluxos pendulares descreve a relação existente entre municípios no exercício de suas funções, seja nas aglomerações urbanas seja em novas espacialidades acionadas pelo agronegócio. A exploração dos deslocamentos intermunicipais para trabalho e/ou estudo, em suas relações matriciais entre municípios, a composição do perfil das pessoas que realizam o movimento e a natureza da busca sintetizam os principais vetores de expansão urbana e registram que a seletividade de uso e apropriação do solo, com dissociação entre o lugar da moradia e o do trabalho, se faz acompanhar de mecanismos socioespaciais segregadores.

Rodríguez (2008) considera que nos deslocamentos diários pode haver uma segregação da localização dos postos de trabalho, da mobilidade e do uso do território público. Essa segregação poderia advir da desconexão de segmentos sociais que vivem separadamente, e que também não compartilham os espaços de trabalho, os percursos e os espaços físicos de encontro na cidade. Outra preocupação levantada pelo autor é que tais movimentos, associados à segregação socioresidencial, debilitam as finanças dos municípios pobres, afetam os residentes das áreas carentes e operam um "efeito vizinhança" adverso, seja por déficit relativo de equipamentos, serviços, capital

social (contatos) ou capital cultural (códigos) seja pelo acúmulo de problemas comunitários. Provocam um “fator estigma”, que dificulta a integração social, e se vinculam à ingovernabilidade e à anomia nas áreas pobres segregadas, podendo compor um mecanismo que tende a reproduzir a pobreza e as desigualdades preexistentes, assim como erodir a gestão e o desenvolvimento metropolitano.

Mesmo assim, muitos mitos do senso comum devem ser descartados, como o próprio Rodríguez (ibid.) mostra, com base em estudos sobre as metrópoles de Cidade do México, Santiago, São Paulo e Rio de Janeiro. Nessas metrópoles, a mobilidade é mais frequente entre assalariados, em princípio, mais próximos ao mercado de trabalho formal; nas brasileiras, as pessoas em movimento têm menor nível de educação, enquanto em Santiago e Cidade do México a probabilidade de ser comutante se eleva com a educação. Tais resultados, como ressalta o autor, chocam com visões tradicionais, que supõem a mobilidade e os traslados diários como atributos típicos dos pobres, que pelos processos seletivos do mercado de terras são obrigados a viver longe do local de trabalho. Da mesma forma, a pendularidade diária não guarda relação direta com o setor informal; ao contrário, essa categoria é a que registra menores níveis de comutação, nas quatro cidades examinadas, o que sugere que uma fração significativa desse setor pode estar trabalhando no próprio domicílio ou em seu entorno próximo.

Rodríguez (ibid.) conclui que a separação e o distanciamento entre residência e trabalho afetam, com diferentes graus de dificuldade, a todos os grupos socioeconômicos. Destaca duas tendências em contraposição: uma mais

ligada à globalização e ao desenvolvimento tecnológico, apontando o policentrismo e uma forma de funcionamento e estrutura urbana similar à de cidades estadunidenses; e outra mais relacionada às desigualdades socioterritoriais e à economia de serviços, também apontando um policentrismo estendido que favorece uma mobilidade mais intensa dos pobres e um “encapsulamento” ou isolamento dos ricos – esta, representativa do modelo de crescimento e expansão metropolitana dos países subdesenvolvidos, portanto encontrada, com certas ressalvas e singularidades, nas cidades brasileiras.

No caso da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), Deschamps e Cintra (2008) analisaram o perfil social das pessoas ocupadas de 10 anos e mais, residentes nos 15 municípios que mantêm os maiores fluxos pendulares com Curitiba, num universo de 346.183 pessoas (63,4%, homens, e 36,6%, mulheres). Entre os homens, 67,5% trabalham no município onde residem e 32,5% se deslocam a Curitiba para trabalhar; entre as mulheres, essas proporções são, respectivamente, de 62,1% e 37,9%, mostrando que, em termos relativos, as mulheres saem mais de seus municípios para o trabalho em Curitiba.

A análise de Deschamps e Cintra (ibid.) deixa claro que, além das faixas salariais serem mais elevadas para as pessoas que trabalham na capital, vindas de outros municípios metropolitanos, as atividades também são mais seletivas. Constata-se que esses municípios são os grandes abastecedores de mão-de-obra para serviços domésticos em Curitiba, e se infere que os trabalhadores que se deslocam de Curitiba para ocupações nos municípios periféricos são mais qualificados, dadas as faixas salariais

preponderantes nesses casos. Para estes, tem-se uma visível concentração de pessoas na última faixa salarial, acima de 5 SM, em todos os setores. Entre as atividades ocupadas, chama a atenção aquelas relacionadas à Indústria, para as quais os que se deslocam teriam maior especialização, envolvendo nelas as montadoras de automóveis situadas em São José dos Pinhais, para onde se dirige o maior fluxo saindo de Curitiba. Também se observa que não há uma atividade industrial predominante nas ocupações, mas uma ampla gama de atividades, desde tradicionais até modernas, incorporando pessoas do polo e dos municípios periféricos. Essas informações, que expressam pessoas em movimento, mostram a dinâmica existente entre os municípios do arranjo urbano-regional de Curitiba, com fluxos multidirecionais e densos, e revelam a desigualdade no perfil das pessoas que trabalham no próprio município onde residem e as que se deslocam.

Em relação ao perfil desigual dos trabalhadores e uma possível segregação socioespacial, Rodríguez (2008) levanta duas hipóteses quanto aos deslocamentos das localizações periféricas. A primeira é a de uma redistribuição das classes mais abastadas, pela verticalização das áreas centrais dos municípios periféricos e implantação de condomínios fechados nas periferias, criando, desse modo, uma aproximação dos grupos socioeconômicos em algumas zonas das cidades, que tende a espairecer a segregação, ao menos nessa escala. A segunda é a da dualização e crescente desigualdade provocadas pelo modelo econômico vigente, com a pertinaz periferização dos pobres.

Com relação à primeira hipótese, um percurso pelo entorno imediato de Curitiba confirma a presença de condomínios fechados

e ocupações horizontais de populações de melhor renda, particularmente nos municípios limítrofes servidos pelas melhores infraestruturas de circulação e transporte. Pode-se perceber também a verticalização e a qualificação urbana das sedes desses mesmos municípios. Entretanto, a segregação velada nas relações sociais se mantém. Mesmo que fisicamente diferentes grupos se aproximem, a distância social permanece, como sintetiza a analogia recorrente nas discussões dos movimentos sociais,¹ que contrapõe o Alphaville – condomínio de luxo situado em Pinhais – ao “alfavela”, em alusão às ocupações pobres vizinhas aos seus limites.

Com relação à segunda hipótese, os fluxos pendulares não descrevem uma situação completamente dual. Mesmo assim, na dinâmica observada, Deschamps e Cintra (2008) confirmam a existência da segregação socioespacial entre o polo e os municípios periféricos, que funcionam como abastecedores da demanda por mão-de-obra menos qualificada pela economia da metrópole. Dentro destes, a população que sai auferem rendimentos maiores que a que fica, colocando em evidência mais essa face da segregação.

A própria condição referente à mobilidade se distingue, pois as diferentes faixas de renda têm acesso diferenciado aos meios de transporte, sendo que as menos favorecidas não têm outra opção senão o transporte coletivo, já bastante saturado pela demanda e ampliação dos trajetos. Para ambas, a distância a ser percorrida oferece dificuldades: para os pobres, relacionadas com o grande tempo de viagem em condições de transporte incômodas, vias inadequadas de circulação e custos relativos altos; para os setores de alta renda

suburbanizados, vinculam-se a congestionamentos e custos elevados de transporte.

Indicadores intrametropolitanos (Ipar-des, 2005), que abrangem informações de demografia, educação, condição domiciliar, bens de consumo, pobreza e trabalho, referentes às áreas de ponderação da amostra (AEDs) do Censo Demográfico de 2000, tornam evidente a segregação socioespacial no território da RM de Curitiba. Descrevem as melhores condições correspondendo às AEDs centrais de Curitiba e de alguns municípios do entorno imediato, particularmente São José dos Pinhais, Pinhais, Araucária e Campo Largo. Os demais municípios apresentam situações de maior precariedade, incluindo entre eles Colombo, de onde se originam os maiores fluxos pendulares da região.

Os dados deste trabalho mostram com clareza a ocupação pobre nas áreas limítrofes a Curitiba, inclusive nos municípios apontados. Considerada uma síntese representativa do comportamento socioespacial dos demais indicadores analisados, a taxa de pobreza, ou seja, a proporção de famílias com renda domiciliar mensal per capita de até 1/2 salário mínimo, na RMC, em 2000, era de 13,1%, correspondente a 106.805 famílias pobres. Curitiba, com a taxa de 8,6%, concentra 39,9% das famílias pobres da Região, e os municípios do entorno imediato, 44,9% – municípios estes que respondem pelos maiores volumes de deslocamentos pendulares. Entre os municípios da RMC, os do entorno metropolitano imediato chegam a atingir a taxa de 35%, como ocorre com Itaperuçu, ficando os demais entre 14% e 25%.

Também se distinguem os equipamentos urbanos e os serviços públicos, dado que os de

melhor qualidade são oferecidos em Curitiba e, quando de competência da administração municipal, muitas vezes com acesso restrito apenas a moradores da capital. Os menores níveis de rendimento dos trabalhadores que permanecem em seus municípios para o trabalho também levam a crer que essas pessoas tenham maior dificuldade de mobilidade e acesso aos equipamentos e serviços públicos mais centrais e melhor qualificados. Se por um lado a permanência para o trabalho no mesmo município de residência é positiva no que se refere à redução do custo e do desgaste pelo deslocamento, por outro, conforme Rodríguez (2008), ela pode resultar num encapsulamento ou isolamento dos pobres, completando o círculo de segregação territorial residência-escola-trabalho. No caso dos ricos, o encapsulamento, na escala municipal ou da comunidade, não parece ainda ser a tônica da região, mesmo assim, os condomínios residenciais nas periferias tentam oferecer opções de permanência a tudo, exceto ao trabalho.

O cenário descrito e a preocupação de Rodríguez confirmam a interpretação de Katzman e Ribeiro (2008, p. 20) acerca de que as novas modalidades de acumulação, com elevação na exigência dos níveis de qualificação para ocupações mais estáveis, flexibilização no mercado de trabalho e liberalização do mercado imobiliário, “têm gerado segmentos sociais vitoriosos e perdedores”. Para os autores, os primeiros, que aproveitaram as oportunidades de mobilidade social ascendente, deslocaram-se para os bairros de maior *status* social, caracterizados por condições privadas de urbanização e produção da moradia, expressos nos condomínios fechados e seus congêneres. “Ganhadores e perdedores estão

distanciados socialmente em termos de renda, qualificação e estabilidade de empregos, segmentação dos serviços sociais e urbanos e também pela segregação residencial”.

Tal segregação residencial e socioeconômica ressalta a importância de se pensar, para os espaços mais densos de movimentos pendulares, políticas adequadas de emprego, moradia, mobilidade, entre outras, tendo em vista que não se trata mais de uma vida urbana restrita a um município, mas de aglomerações, de singulares a complexas, e de arranjos espaciais de natureza e dimensão urbano-regional. Mais que isso, revela, nesses espaços, a dissociação existente entre o local de trabalho e o da moradia, situação que acarreta desgastes, seja pelas exigências da mobilidade, nem sempre em condições adequadas, seja pela permanência de familiares no município de origem, que requerem serviços e cuidados também onerosos particularmente aos municípios-dormitório, assim chamados exatamente por não lograrem atividades econômicas na quantidade e qualidade para absorver sua população economicamente ativa, sofrendo, conseqüentemente, com a baixa arrecadação. Aponta, assim, a importância de se ler esses espaços compondo uma totalidade, com as partes assumindo papéis diferenciados, e na qual a condição de dormitório é uma função em uma dinâmica maior.

Considerações finais

Análises mais detalhadas dos deslocamentos pendulares, possíveis a partir das informações disponibilizadas pelo Censo Demográfico, são

imprescindíveis para se conhecer o volume e o perfil das pessoas em movimento, na escala local/regional, constituindo uma contribuição ao planejamento e gestão urbana e regional. Associadas a outras informações censitárias e a novas pesquisas correlatas, como aquelas relativas às motivações que dão origem a esses fluxos e à própria trajetória anterior à última residência da pessoa que se desloca, oferecem referências importantes para compreensão das dinâmicas territoriais na escala nacional, muitas vezes impostas por outras escalas.

De maneira muito precisa, os movimentos pendulares da população refletem a desconexão existente entre o mercado de trabalho e da moradia na organização interna das metrópoles e sinalizam seus efeitos decorrentes. Apontam também as dinâmicas territoriais em curso e novas áreas onde a mudança no perfil das atividades separa o município da produção do da moradia.

As conseqüências dessa desconexão afetam diferentemente os segmentos da população, dificultando a acessibilidade dos pobres ao trabalho, à renda e aos bens coletivos, num processo de segregação, que acirra mais fortemente a desigualdade existente nos espaços mais complexos, como os metropolitanos. Diante de uma agenda de estado que não foca as metrópoles em sua totalidade, que implementa políticas setoriais também desconexas entre si, e com a expansão contínua das aglomerações metropolitanas e a aglutinação destas a outras aglomerações e centros vizinhos de seu entorno, em arranjos urbano-regionais, tem-se agudizada a problemática. A multidimensionalidade e multidirecionalidade de fluxos nesses espaços, e a permanência dos polos metropolitanos como principais pontos

de convergência desses fluxos, mostram que, mesmo com a formação de novas centralidades – com suas periferias próprias –, o modelo

centro-periferia persiste na divisão social do trabalho no Brasil. Porém, sob relações mais densas e mais complexas.

Rosa Moura

Geógrafa. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Ipardes. Curitiba, Paraná, Brasil.

rosamoura@ipardes.pr.gov.br

Nota

- (1) Essa analogia tem sido sempre lembrada por lideranças populares de municípios do entorno imediato de Curitiba e mesmo das favelas da capital, em debates e programas de formação realizados pelo Observatório de Políticas Públicas Paraná.

Referências

- ADAMS, J. S. (1995). "Classifying settled areas of the United States: conceptual issues and proposals for new approaches". In: DAHMAN, D. C. e FITZSIMMONS, J. D. (ed.). *Metropolitan and nonmetropolitan areas: new approaches to geographical definition*. Washington, Population Division/US Bureau of the Census, pp. 9-83 (Working paper, 12).
- BEAUJEU-GARNIER, J. (1980). *Geografia da população*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- CARVALHO, J. A. M. de e RIGOTTI, J. I. R. (1998). Análise das metodologias de mensuração das migrações. ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2, *Anais...* Curitiba, Ipardes/FNUAP, pp. 211-227.
- CONAPO (2007). *Delimitación de las zonas metropolitanas de México 2005*. México DF, Secretaría de Desarrollo Social. Consejo Nacional de Población. Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática.
- DAVIDOVICH, F. e LIMA, O. M. B. de (1975). Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, pp. 3-84, jan./mar.

- DERRUAU, M. (s.d.). *Geografia Humana I*. Portugal, Editorial Presença.
- DESCHAMPS, M. V. e CINTRA, A. (2007). Análise dos movimentos pendulares nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba. ENCONTRO DO GT-MIGRAÇÕES DA ABEP, 5, 2007, Campinas. *Anais...* Campinas: Unicamp/Nepo, 1 CD-ROM.
- _____ (2008). Movimento pendular para trabalho na Região Metropolitana de Curitiba: uma análise das características de quem sai e quem fica. ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 16, Caxambu. *Anais...* Caxambu, ABEP, 1 CD-ROM.
- FREY, W. H. e SPEARE JR., A. (1995). "Metropolitan areas as functional communities". In: DAHMAN, D. C. e FITZSIMMONS, J. D. (ed.). *Metropolitan and nonmetropolitan areas: new approaches to geographical definition*. Washington, Population Division/US Bureau of the Census, pp. 139-190 (Working paper, 12).
- GALVÃO, M. V.; FAISSOL, S.; LIMA, O. M. de B. e ALMEIDA, E. M. J. M. de (1969). Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, pp. 53-127, out./dez.
- GILLI, F. (2002). Déplacements domicile-travail et organisation du Bassin parisien. *L'Espace géographique*, Paris, tomo 31, Mobilités, pp. 289-305. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-espace-geographique-2002-4-page-289.htm>>. Acesso em: out. 2007.
- IBGE (2008). *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro.
- IPARDES (2005). *Indicadores Intrametropolitanos 2000: diferenças socioespaciais na Região Metropolitana de Curitiba*. Curitiba/Ipardes, Observatório das Metrôpoles, 2005. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/pdf/publicacoes/intrametropolitanos.pdf>>. Acesso em: jul. 2007.
- KATZMAN, R. e RIBEIRO, L. C. de Q. (2008). Metrôpoles e sociabilidade: os impactos das transformações socioterritoriais das grandes cidades na coesão social dos países da América Latina. *Cader-nos Metrôpole*, São Paulo, n. 20, pp. 241-261.
- MOURA, R. (2009). *Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- MOURA, R.; CASTELLO BRANCO, M. L. G. e FIRKOWSKI, O. L. C. de F. (2006). Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 19, n. 4, pp. 121-133.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Movimento pendular da população na Região Sul. Relatório de Atividades 4. Projeto Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles/Institutos do Milênio-CNPq, 2009. Disponível em: http://observatoriodasmetrosoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1039&Itemid=80&lang=pt Acesso: out. 2009.
- RIBEIRO, L. C. de Q. (2009). *Hierarquização e identificação dos espaços urbanos*. Rio de Janeiro, Letra Capital, Observatório das Metrôpoles.
- RODRÍGUEZ, J. V. (2008). *Segregación residencial sociolaboral (SRS) y sus relaciones con la migración y la movilidad intrametropolitanas en cuatro aglomerados urbanos de América Latina: los casos de Ciudad de México, Santiago de Chile, São Paulo y Rio de Janeiro según los censos de la ronda de 2000*. Documento preparado para o Workshop "Spatial Segregation and the Labor Market", University of Texas-Austin, Feb. 13-15 (Mimeo).

SANTOS, G. (2009). "Lá e cá: a mobilidade de trabalhadores de Colombo para Curitiba". In.: MOURA, R. e FIRKOWSKI, O.L.C de F. *Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba*. Rio de Janeiro/Curitiba, Letra Capital/Observatório das Metrôpoles/Observatório de Políticas Públicas Paraná.

Texto recebido em 17/nov/2009
Texto aprovado em 10/dez/2009